

## EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

**POLÍTICA DE SAÚDE, ESTADO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: a concepção de política social nos planos de trabalho do Serviço Social no enfrentamento à COVID-19 no estado da Paraíba**

**HEALTH POLICY, STATE AND CONTEMPORARY CAPITALISM: the conception of social policy in the work plans of Social Work in the fight against COVID-19 in the state of Paraíba**

**Alessandra Ximenes da Silva<sup>1</sup>**

**Graciana Martins<sup>2</sup>**

**Maria Beatriz S. Andrade<sup>3</sup>**

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a concepção de política social expressa nos planos de trabalho do Serviço Social no processo de enfrentamento à Covid-19, no estado da Paraíba. A luz do método crítico dialético foi realizada análise documental dos planos de trabalho do Serviço Social no estado da Paraíba, no processo de enfrentamento à Covid-19; e a revisão bibliográfica das categorias do estudo: política social, Estado e capitalismo contemporâneo. Para tanto se fez necessário, identificar as tendências, contradições, e inflexões que perpassam a política de saúde, o Estado e o Serviço Social no contexto da pandemia, para assim, poder contribuir com uma apreensão e abordagem crítica no processo de enfrentamento da Covid-19. O estudo foi realizado, no período de 2020-2023 e abrange duas mesorregiões: Sertão e Agreste.

**Palavras-chave:** política de saúde; estado; capitalismo contemporâneo; Serviço Social; planos de trabalho.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social e Líder do Núcleo de Pesquisa em Políticas de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS); Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, PB; alesximenes@servidor.uepb.edu.br.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social; Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, PB; graciana.martins@aluno.uepb.edu.br.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social; Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, PB; maria.beatriz.andrade@aluno.uepb.edu.br.

**ABSTRACT**

The present work aimed to analyze the conception of social policy expressed in the Social Service work plans in the process of confronting Covid-19, in the state of Paraíba. Using the critical dialectical method, a documentary analysis of the Social Service work plans in the state of Paraíba was carried out in the process of combating Covid-19; and the bibliographical review of the study categories: social policy, State and contemporary capitalism. To this end, it was necessary to identify the trends, contradictions, and inflections that permeate health policy, the State and Social Service in the context of the pandemic, so as to be able to contribute with an apprehension and critical approach in the process of confronting Covid-19. The study was carried out in the period 2020-2022 and covers two mesoregions: Sertão and Agreste.

**Keywords:** health policy; state; contemporary capitalism; Social Service; work plans.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente projeto de pesquisa dá continuidade aos estudos realizados na COTA PIBIC 2021/2022 que analisou no processo de contrarreforma do Estado, as suas expressões, na política de saúde e as suas implicações, no atual contexto brasileiro. Identificou-se que as inflexões na política de saúde brasileira incorporam tanto as diretrizes dos Aparelhos Multilaterais de Hegemonia Internacionais quanto às especificidades da formação social, econômica e política brasileira de economia dependente. Esse processo tem início na década de 1990 e continuidade nos anos 2000 e, apesar das diferentes conjunturas, os elementos constitutivos estão umbilicalmente articulados.

Com o advento da pandemia da COVID-19, um processo contraditório e adverso político, econômico e social assolava o Brasil. A disseminação da COVID-19 ocorre, num processo de desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo enormes desafios aos governos estaduais, no enfrentamento da pandemia. Não há reconhecimento da gravidade da pandemia pelo governo federal, que estimula diariamente medidas contrárias da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), das medidas de distanciamento e isolamento social. Desse modo, os governos estaduais possuem função primordial nesse processo.

No Brasil, a pandemia da Covid-19, aponta para um processo ainda sem horizonte de término, apesar da importância da vacinação, que reduziu o número de mortes e a gravidade dos casos, em 27 de junho de 2022, temos registrado 670.532 óbitos e 32.130.316 casos confirmados (Coronavírus/Brasil, 2022). Além, da iminência de enfrentamento de uma quarta

onda devido a variantes da Ômicron, como a BA.2 e BA.2.12.1, consideradas preocupantes devido a capacidade de transmissão (CONASS,2022).

Nesse processo, analisar a função do Estado no capitalismo é primordial. Mandel (1985, p. 333) assevera que “o Estado é produto da divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando à produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção”. Para o autor as principais funções do Estado se caracterizam por três elementos: 1) criar as condições gerais de produção; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas; e 3) integrar as classes dominadas, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante.

Nesse contexto, o Serviço Social e os seus profissionais foram convocados para planejar, executar e dar respostas às demandas institucionais e dos usuários no enfrentamento à Covid-19, possibilitando uma organização e mobilização pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) para orientação acerca das atribuições, competências e respostas profissionais.

Desse modo, o instrumento utilizado para o planejamento e as ações a serem executadas pelos assistentes sociais foram os planos de trabalho, desenvolvidos nos três níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária). O estudo abrangerá as 02 mesorregiões do estado da Paraíba, sendo estas: Sertão (07 planos) e o Agreste (13 planos 2021–2023). A coleta de dados será realizada no acervo do Projeto de Extensão “Educação permanente para os(as) assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós-pandemia da Covid-19 na Paraíba”, que possui os planos de trabalho do Serviço Social. O período do estudo foi de 2020-2023, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, a nível nacional, e o governo João Azevedo. Esse processo não tem sido desenvolvido sem contradições, uma vez que o exercício profissional tem se confrontado num contexto de contrarreforma, desfinanciamento das políticas sociais, a tendência “à individualização/psicologização das expressões da questão social, de desconstrução dos direitos e das políticas sociais e da negação da seguridade social, que tem sido alimentada pela ofensiva ultraneoliberal” (MUSTAFA, P.S. et al, 2021, p.241-242).

A fundamentação teórico-metodológica dessa pesquisa encontra suas bases na razão dialética da Teoria Social Crítica, pois esta permite a análise da concepção de política social que embasam os planos de trabalho do Serviço Social no processo de enfrentamento a Covid-19, no estado da Paraíba. Levamos em consideração sua inter-relação entre as expressões particulares/singulares – dadas em âmbito local, e os aspectos gerais/universais – dados na

totalidade. Desse modo, o método crítico dialético e suas categorias de análise – tais como contradição, mediação e totalidade – é o caminho do pensamento pelo qual buscamos nos aproximar e reconstruir nosso objeto de estudo.

O objeto de análise proposto neste projeto de pesquisa trata de uma temática extremamente relacionada à atualidade e, a nosso ver, contribui diretamente na apreensão e abordagem crítica dos rumos, no que se refere à política de saúde, do Serviço Social e as contradições e perspectivas que permeiam no processo de enfrentamento da Covid-19. Portanto, desvelar a concepção de política social, que embasam os planos de trabalho do Serviço Social é fundamental, no sentido de identificar as tendências, proposições/ações que estão sendo fortalecidas/reiteradas da política social.

## **2 POLÍTICA DE SAÚDE, ESTADO, CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, SERVIÇO SOCIAL E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19**

As contrarreformas neoliberais iniciadas no Brasil na década de 1990, assumem feições ainda mais drásticas no contexto atual, com uma política ultraneoliberal posta em curso mundialmente desde a crise capitalista de 2008, e que tem ganhado espaço no país especialmente nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Segundo Antunes (2020, p.184):

[...] estamos vivendo um capitalismo acentuadamente destrutivo que é responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho e que nos oferece como resultante uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde pública abrangente (ANTUNES, 2020, p.184).

As contrarreformas trabalhistas e, especialmente, a Emenda Constitucional- 95 (que define um teto dos gastos públicos e congela recursos para as políticas sociais por 20 anos), trazem enormes prejuízos à proteção social dos(as) trabalhadores(as), fragilizando ainda mais o já precário funcionamento do SUS, do SUAS e da Previdência Social, enquanto políticas de Seguridade Social fundamentais, que nesse momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas (YAZBEK, 2020).

Embora a saúde no Brasil seja legalmente instituída na Constituição Federal de 1988, como direito de todos e dever do Estado, o que temos visto é que desde a sua criação o SUS sempre foi subfinanciado, impossibilitando que seus princípios e diretrizes sejam totalmente consolidados. Com a aprovação da Emenda Constitucional 95 em 2016, passa a ocorrer um

deliberado desfinanciamento do sistema, potencializando o seu desmonte e a sua progressiva privatização via parcerias público-privado (“novos modelos de gestão”), aumentando a apropriação do fundo público pelo setor privado na saúde.

Diante desse contexto, a crise sanitária gerada pelo coronavírus ao mesmo tempo em que expressa a precariedade da saúde pública, dá visibilidade para a importância do SUS como política pública de saúde. (MATOS, 2020). A pandemia da covid-19 impacta fortemente a saúde da população, tanto em virtude do alto nível de contágio, quanto pela sua letalidade, impondo a necessidade de uma rede de serviços de saúde que assegure não apenas o atendimento às pessoas contaminadas, mas também ações preventivas ao avanço da doença.

Nesse contexto, o Serviço Social e os seus profissionais, os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores coletivos da saúde são convocados para o enfrentamento à Covid-19, nos diversos níveis de atenção à saúde. Para tanto, as formulações, planejamento e propostas de intervenção foram expressas, em algumas realidades nos planos de trabalho.

O conjunto CFESS/CRESS, têm divulgado ao longo dos dois últimos anos documentos orientadores que tratam sobre as atribuições e competências profissionais, que nortearam as respostas do Serviço Social ao enfrentamento da COVID-19. Dentre esses documentos, se destacam: 1) Orientação Normativa 3/2020-dispõe sobre as ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais; 2) Nota que trata sobre teletrabalho e tele perícia; e 3) orientações para assistentes sociais e supervisão de estágio em tempos de pandemia.

No entanto, face ao contexto de contrarreforma, desfinanciamento, ampliação da focalização/seletividade do atendimento, privatização e o predomínio da lógica gerencialista na saúde. Várias contradições são postas à tona nesse processo que requer do Serviço Social, clareza no planejamento, na proposição e na execução das políticas sociais, na perspectiva do direito social. FONTES (2017) chama atenção que na atual fase do capitalismo temos vivenciado as expropriações secundárias, ou seja, a extinção ou regressão de direitos sociais da classe trabalhadora.

Importante ressaltar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), enfatizando que a formação deve criar condições para o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e teórico-operativas, que possibilitem às/aos profissionais de Serviço Social, nos diferentes espaços sócio ocupacionais, a investigação da realidade social e a sua intervenção de forma crítica, que se pautam na categoria da totalidade e do pensamento crítico dialético.

Esses elementos confrontam com a tendência da individualização/psicologização das expressões da questão social, da desconstrução de direitos e das políticas sociais e da negação da seguridade social, que tem sido alimentada pela ofensiva ultraneoliberal/neoconservadora, por meio dos processos de privatização, mercantilização dos serviços sociais, de focalização e de refilantropização das respostas dadas às expressões da questão social.

A análise sobre os planos de trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento da Covid-19 na Mesorregião do Agreste e Sertão Paraibano no ano de 2021 a 2023 foram reveladoras. A maioria dos planos demonstraram uma concepção ampliada de Política Social, ao priorizar a concepção de Seguridade Social, evidenciando a importância da intersectorialidade em demandas e respostas profissionais, como também, apresentaram um domínio significativo sobre o arcabouço legal da profissão, respeitando o que está disposto da Lei N°8662/1993, destacando sua compreensão acerca de suas atribuições e competências profissionais.

Dentre os 20 (vinte) planos analisados, 17 (dezessete) apresentaram uma concepção de Política Social Ampliada, baseados nos princípios da Seguridade Social, buscando desenvolver ações de forma abrangente, fortalecer o trabalho e a rede de atendimentos através da intersectorialidade, fazendo interlocuções com outras políticas assistenciais. Apresentaram uma perspectiva de cooperação entre setores, e articulação com a rede de saúde nos diversos territórios, com ações e estratégias coletivas, internas e externas, promovendo o conceito de Seguridade Social, respeitando suas particularidades, ao tratar não apenas a doença, mas, amparando-os em suas necessidades sociais, respeitando seu contexto familiar, cultural e social, e assim poder atender os usuários em sua integralidade. Entretanto, 3 (três) planos apresentaram uma concepção de Focalização da Política Social, que entra em contradição com os princípios da Seguridade Social, tendo em vista as demandas apresentadas de caráter imediato. Nessa perspectiva, o Assistente Social apresenta uma postura meramente tecnicista, incorporando termos equivocados, sem apresentar uma reflexão crítica sobre a estrutura e as dinâmicas sociais vivenciadas naquele determinado momento.

Os planos de trabalho do Agreste paraibano, realizados no ano de 2021 – 2022, totalizaram nove planos. O primeiro plano – CER- II - Araruna; CER- IV- Campina Grande; CRAS- Bananeiras; Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro – busca desenvolver ações conjuntas na esfera da Seguridade Social (Assistência, Saúde e Previdência), como também, menciona a política de educação e demais setores que possam contribuir com a construção coletiva, portanto, teve uma concepção de seguridade social ampliada. O segundo plano –

Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) – visa realizar sua intervenção numa perspectiva de observar os sujeitos, usuários da Política de Saúde em sua totalidade. O terceiro plano – Estratégia da Família de Campina Grande – Visa uma atuação conforme os princípios da Seguridade Social na particularidade do complexo campo da saúde pública, as prioridades, os projetos e as intervenções cotidianas dos(as) assistentes sociais, buscam dar relevo e focar o tom socializante do SUS e da Reforma Sanitária. O quarto plano – CAPS - I; Residência Terapêutica mista; Residência Terapêutica masculina e feminina; ASSUFATEC; CAPS AD III – está de acordo com os princípios da seguridade social ao buscar viabilizar momentos de discussão com profissionais das diversas políticas públicas: Saúde, Assistência Social e Educação, com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços. O quinto plano – CAPS - I: São Sebastião de Lagoa de Roça; Lagoa Seca; Sumé; Distrito de São José da Mata – priorizou a articulação com a rede socioassistencial e de apoio matricial junto à Atenção Primária em Saúde; focaliza no âmbito dos cuidados em saúde clínica e mental; menciona em seu objetivo específico outros cuidados na rede de assistência à saúde, assistência social e educação. O sexto plano – UPA- Monteiro; HUAC- CG; UPA- Ingá ISEA- CG – busca analisar o trabalho e as competências profissionais do Assistente Social no SUS de média e alta complexidade, ultrapassando a imediatividade das ações. O sétimo plano – Hospital de Clínicas de Campina Grande – apresentou tendência a uma política universal, com perspectiva mais ampliada sobre saúde, embasadas na concepção de Seguridade Social, projeto ético, educação, aspecto social e econômico. O oitavo plano – UPA – busca realizar atividades voltadas ao objetivo de assegurar a defesa dos direitos dos usuários do SUS, como também, formas de enfrentamento das demandas indevidas. O nono plano – Hospital de Trauma – apresentou tendência a uma focalização da política, pois padece por falta de recursos, evidencia longas filas, demoras para prestação de atendimento, muitas demandas indevidas.

Os planos de trabalho do Agreste paraibano, realizados no ano de 2023, totalizaram quatro planos. O primeiro plano – Projeto de Extensão: Plano de Trabalho do Serviço Social: UPA-CG; Hospital Municipal de Alagoa Grande; UBS's de ambos os municípios (Urgência e emergência) – Busca romper com uma visão fragmentada do conceito de saúde no sentido de reconhecer o indivíduo em sua integralidade. Transpor o aspecto emergencial e burocrático existentes em determinados serviços considerando a importância de uma prática reflexiva por meio do planejamento. O segundo plano – Hospital Antônio Targino (HAT); Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) – busca realizar o trabalho observando as competências

profissionais do Assistente Social na atuação dos serviços de alta complexidade na área da saúde, conforme os parâmetros de atuação do assistente social na saúde. O terceiro plano de trabalho – Saúde da Família (NASF) e a Estratégia Saúde da Família (ESF), nos Municípios de Itatuba e Serra Redonda – avalia os problemas sociais de forma integrada com a articulação de rede de proteção. O quarto plano – CAPS I - Alagoa Grande-PB; CERAST - CG; NASF - Esperança-PB – busca executar suas ações de forma democrática, na garantia dos direitos sociais das pessoas com transtorno mental, como também, estimular a participação dos usuários e seus familiares no processo do cuidado pós-pandêmico, fortalecendo as ações intersetoriais como aspecto fundamental à construção da rede de cuidados e de atenção na saúde mental.

Os planos de trabalho que foram realizados no ano de 2021 na região do Sertão durante o período pandêmico da COVID-19, totalizaram sete planos. O primeiro plano – SMS Souza – Apresentou Tendência a uma focalização da política, tendo em vista as demandas apresentadas de caráter imediato. O segundo plano – NASF-AB - Municípios de Bernardino Batista, Patos, Sousa e Vista Serrana. – Apresentou características Ampliada de Seguridade Social, buscando desenvolver ações de forma abrangente, voltada para a educação em saúde dos profissionais e da população, desenvolvimento de território, integralidade, participação social, promoção da saúde. O terceiro plano – CAPS I, II, III – Apresentou Características Ampliadas de seguridade social, busca romper com uma visão fragmentada do conceito de saúde mental, no sentido de conhecer o indivíduo em sua integralidade, como também faz interlocuções com outras políticas setoriais. visando tratar não apenas a doença especificamente, mas amparando-os, também, em suas necessidades sociais, seja usuário ou parte do seu grupo familiar. O quarto plano – Centro de Saúde Frei Damião (CSFD- Patos); Centro de Atenção Especializada em DST/AIDS (CTA/SAE- Patos); Centro Especializado em Reabilitação (CER II - Patos); Hospital e Maternidade Caçula Leite (HMC - Conceição); Hospital Regional de Patos; Deputado Janduhy Carneiro (CHR DJCO) – O plano apresenta a necessidade de criar estratégias para conhecer, favorecer e fortalecer o trabalho setorial mediante a política de saúde e o SUS, e estabelecer um fluxo de encaminhamentos através da intersetorialidade. O quinto plano – Hospital Regional de Cajazeiras; Hospital Regional de Catolé do Rocha; Hospital Regional de Pombal; Hospital Regional de Sousa – Apresenta uma política que tem como objetivo a ampliação da rede de apoio, onde pretende desenvolver ações intersetoriais entre a secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Rede de atendimento e Enfrentamento a violência contra a mulher. O sexto plano – SMS Cajazeiras (Plano de ação sobre Estratificação de Risco Familiar) –

Tendência a uma focalização da política, incorpora princípios da Política Social, na medida em que reproduz termos e conceitos para monitorar e avaliar a situação dos usuários, sem nenhuma perspectiva crítica. O sétimo plano – Estratégia Saúde da Família – apresenta uma proposta de intervenção numa perspectiva de educação em saúde, essas ações permitem desconstruir a negação sob os discursos científicos e a pandemia da COVID-19, incorporando características de uma política de seguridade social ampliada.

Dentre os planos que apresentaram uma concepção de Seguridade Social, podemos destacar o Projeto de Intervenção, que tem como objetivo atuar no combate a desinformação, acerca da vacina contra Covid, através de ações de Educação em Saúde. Esse plano elenca bem a realidade vivida pelos profissionais que tiveram como objetivo desenvolver ações educacionais determinadas pelo momento sócio-histórico na qual estavam vivenciando. O plano apresenta uma intervenção socioeducativa que vai contra o discurso negacionista sobre a pandemia junto aos(as) usuários(as), mediante a postura adotada pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que durante suas falas minimizava a gravidade da pandemia, e colocava em questão a segurança das vacinas. O trabalho do profissional de Serviço Social teve como finalidade esclarecer a população quanto à segurança da vacina, e democratizar o direito à informação.

### **3 CONCLUSÃO**

Foi constatado que dentro de seus limites e possibilidades o assistente social no seu espaço de trabalho enfrentou dificuldades no que se refere a demandas indevidas, a fragilização da política, a precarização nos espaços sócio ocupacionais, a falta de insumos e informações no enfrentamento da Covid-19, a visão fragmentada do conceito de saúde, a forma de enfrentamento do Governo Federal com medidas negacionistas, como também houve problematização semelhantes entre os planos, objetivando esclarecer as atribuições que competem ao profissional de Serviço Social.

Quando analisado o contexto de obscurantismo, retrocesso e acirramento das expressões da questão social, verifica-se respostas profissionais qualificadas para as demandas sociais, como também, de acordo com a natureza do espaço sócio-ocupacional, houve a presença de demandas imediatas, com tendência à focalização, a exemplo do Hospital de

urgência e emergência do Trauma; a Secretaria Municipal de Saúde Cajazeiras; e a SMS de Sousa.

Constatou-se que os planos de trabalho também têm se voltado aos cuidados pós-pandêmico, ações intersetoriais, a socialização de informações sobre os serviços institucionais disponíveis e a realização do trabalho, observando as competências profissionais. Portanto, apresentou-se um olhar crítico acerca do fazer profissional respaldados na Lei 8662/93 que regulamenta a profissão e no Código de Ética e nos Parâmetros de atuação da Profissional.

A concepção de Política Social presente nos planos, nos leva a evidenciar que apesar dos desafios e das limitações, o profissional de Serviço Social está atuando conforme os princípios ampliados da Seguridade Social, seja no acesso aos direitos e serviços, ao buscar romper com a visão fragmentada da política, assim como ao desenvolver ações conjuntas na esfera da Seguridade Social, articulação de rede intersetorial etc.

Diante das adversidades e desafios em que os Assistentes foram postos, seus planos de trabalho refletiram a direção política da profissão. O conjunto CFESS/CRESS teve uma atuação política importante no sentido de organizar, mobilizar e esclarecer os profissionais e as instituições acerca das atribuições, competências e respostas profissionais do Serviço Social, no enfrentamento da Covid-19. Houve uma atuação significativa, no sentido de corrigir distorções acerca do exercício profissional nesse processo. O Serviço Social contribuiu significativamente no processo de enfrentamento à Covid-19, no atendimento aos usuários e a sua atuação foi necessária, haja vista a ampliação das expressões da questão social e a necessidade de construir respostas para o atendimento às demandas dos usuários e das instituições.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO**. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, Brasília, 1995.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história**. São Paulo. Editora Cortez, 2016.

BRASIL. CORONAVÍRUS BRASIL. <https://covid.saude.gov.br/> acesso em 28/06/2022. Ministério da Saúde: Brasília, 2022.

CFESS. Caderno I: **Diálogos do Cotidiano, Reflexões sobre o trabalho profissional**. Brasília (DF), CFESS, 2021.

MANDEL, E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MATOS, M. C. de. Posfácio. In: PEREIRA, S. L.B.; CRONEMBERGER, I.H.G.M. (Orgs). **Serviço social em tempos de pandemia**: provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo ; Editora da UNICAMP, 2002.

MUSTAFA, P. S.et all. POLÍTICA SOCIAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES: contribuições do GTP serviço social e política social. **TEMPORALIS**: Brasília, ano 21, n.42 –jul/dez, 2021.

NETTO, José Paulo **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SILVA, A. X. **RELATÓRIO FINAL DO PIBIC 2020/2021**. Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social: as inflexões da política de saúde no município de Campina Grande/Paraíba. 2018.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: PEREIRA, S. L.B.; CRONEMBERGER, I.H.G.M. (Orgs). **Serviço social em tempos de pandemia**: provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.